

**FÓRUM
JUVENIL
DO ECOSOC
2025**

Declaração sobre o direito à saída

do sistema de
proteção e à
autonomia
acompanhada
fórum juvenil do
ecosoc 2025

Nós, jovens que deixamos o sistema de proteção, representados no Fórum da **Juventude do ECOSOC 2025**, criamos esta declaração com base nas declarações do **Primeiro Congresso Internacional de Jovens Egressos do Cuidado na Índia em 2020**, do **Quinto Congresso Latino-Americano de Jovens Egressos "Caminho para a Autonomia" no Chile em 2023** e do **Seminário "Minha Vida Fora do Acolhimento" no Brasil em 2024**, validada com 200 jovens egressos de 15 países da Iberoamérica.

Aos Estados Ibero-Americanos

Os jovens egressos do sistema de proteção em todo o mundo enfrentam barreiras estruturais para uma transição digna e adequada para a autonomia: a falta de acesso à moradia, educação, emprego, saúde mental, redes de apoio e acompanhamento eficaz após a saída afeta nosso bem-estar e desenvolvimento.

Fazemos um apelo urgente aos Estados e organismos multilaterais para projetar e implementar políticas públicas de cuidado alternativo que garantam o princípio da necessidade e adequação, o direito de viver em família e as condições adequadas para um cuidado de qualidade. Além disso, políticas específicas para a saída acompanhada devem assegurar uma transição gradual e planejada, com apoio psicossocial, econômico e proteção social, garantindo o pleno exercício de nossos direitos durante todo o processo de autonomia.

É hora de romper o ciclo de exclusão e garantir que cada jovem egresso do sistema de proteção tenha acesso às mesmas oportunidades que seus pares que cresceram em ambientes familiares.



Petições aos Estados

1. Apoio na Transição para a Autonomia



- Desenvolver programas de preparação para a saída e autonomia a partir dos 14 anos de idade e até os 25 anos, inclusive, conforme as necessidades dos jovens egressos.

- Implementar gestão de caso com enfoque em direitos, equidade e diversidade, garantindo acompanhamento psicossocial por profissionais capacitados, com condições de trabalho estáveis e uma proporção adequada de jovens por gestor/a de caso.

Garantir planos de saída individualizados, incluindo dimensões como moradia, educação, empregabilidade e empreendedorismo, saúde mental e apoio psicossocial, proteção social, saúde física, integração social e participação, segurança e autonomia econômica.

- Assegurar orçamento específico para a implementação de programas de saída acompanhada, garantindo um processo de transição digno, com apoio sustentado e acesso real a oportunidades de desenvolvimento.

- Implementar estratégias de controle, monitoramento e salvaguarda para mitigar riscos e violações de direitos, promovendo o bem-estar dos jovens egressos durante a transição.

- Fortalecer a coordenação interinstitucional e promover reformas normativas para garantir o acesso a serviços de proteção do Estado, considerando a realidade dos jovens egressos.

2. Autonomia econômica moradia



- Promover, sempre que for adequado e benéfico, a saída para a família de origem, família extensa, redes comunitárias ou sociais, estendendo apoio financeiro e psicossocial a essas redes quando necessário.

- Prover uma assistência financeira mensal suficiente para cobrir as necessidades básicas, adaptada à realidade local/nacional e à situação de cada jovem egresso, especialmente para aqueles sem apoio familiar ou comunitário.

- Oferecer subsídios habitacionais, programas de moradia coletiva e independente e acesso a programas públicos de moradia segura e estável para jovens egressos.

- Assegurar acesso a aluguéis em áreas seguras, com estabilidade habitacional e proximidade aos locais de estudo e trabalho dos jovens egressos.

- Fortalecer a formação em gestão financeira e administração econômica para a adaptação à vida independente.

Petições aos Estados

3. Education, Employability and Entrepreneurship



- Facilitar o acesso à formação integral em habilidades relevantes, como habilidades sociais, práticas para a vida, digitais, financeiras e de gestão emocional, entre outras.
- Garantir o acesso a bolsas de estudo e auxílios financeiros, tanto para a educação superior quanto para a formação técnica, que permitam a continuidade dos estudos e melhorem suas oportunidades laborais.
- Prover orientação vocacional e programas de preparação para o emprego e o empreendedorismo, assegurando que tenham as ferramentas necessárias para desenvolver sua carreira profissional ou empreendedora e inserção laboral.
- Gerar alianças público-privadas com empresas, instituições educativas e organizações, para fortalecer a capacitação e mentoria em empregabilidade e empreendedorismo, busca de emprego, estágios profissionais e técnicos, direitos laborais e incentivos para que as empresas contratem jovens egressos em seu primeiro emprego.
- Promover o empreendedorismo, proporcionando mentoria, capacitação e acesso a microcréditos ou incentivos para novos empreendimentos.
- Desenvolver programas especializados para jovens egressos com deficiência ou necessidades especiais, garantindo sua inclusão em processos de formação e emprego adequados às suas necessidades.
- Assegurar o acesso a capacitação, mentoria e prática para a empregabilidade e empreendedorismo de forma remota para jovens egressos em ambientes rurais ou sem acesso à internet e dispositivos

4. Saúde física e Saúde Mental e Apoio Psicossocial



- Garantir o acesso a serviços de saúde integral para jovens egressos, cobertura através de seguros de saúde e atendimento especializado conforme suas necessidades.
- Estabelecer serviços de saúde mental individuais e comunitários gratuitos e acessíveis para jovens egressos, assegurando a continuidade do atendimento, especialmente quando se atinge a maioridade, para evitar a interrupção dos tratamentos psicológicos e psiquiátricos.
- Incluir o acesso a atendimento psicológico contínuo e sustentado dentro dos programas de saída, com uma frequência adequada.
- Incluir espaços e serviços de acompanhamento psicossocial e acompanhamento emocional regular a longo prazo, promovendo a saúde e a estabilidade mental durante o processo de transição e saída.
- Garantir o acesso a apoio psicológico especializado para jovens com necessidades específicas, como trauma complexo, transtornos mentais ou experiência de múltiplas violências.
- Reforçar os protocolos de salvaguarda infantil e juvenil e a prevenção da violência de gênero, da violência psicológica e nas relações de casal, oferecendo recursos de proteção para evitar a repetição dos ciclos de violência.

Petições aos Estados

5. Proteção Social



- Assegurar a entrega de documentação legal básica antes da saída (identificação, certidões de nascimento e de estudos, seguro social, etc.) e orientação sobre como obter e atualizar esses documentos de forma autônoma.
- Criar espaços de informação sobre nossos direitos e acompanhamento para exercê-los no sistema de proteção social.
- Fornecer um relatório social que certifique a saída do sistema de proteção, criar bancos de dados nacionais de pessoas egressas e mantê-los atualizados por pelo menos 3 anos após a saída para facilitar o acesso a programas de apoio, bolsas de estudo, emprego e serviços de assistência social.
- Estender a idade de saída de 18 para 25 anos na política pública nacional e em seus respectivos órgãos executores, em reconhecimento de que a autonomia não é alcançada imediatamente ao atingir a maioridade.

6. Integração e participação social on



- Preservar as raízes das pessoas egressas, respeitando sua história de vida, cultura, crença religiosa, orientação sexual e identidade de gênero.
- Garantir um sistema de apoio integral e contínuo: assegurar a continuidade das relações com seus cuidadores e profissionais de referência e a criação de redes de apoio comunitárias (programas de padrinho, mentoria afetiva e acompanhamento familiar) que facilitem sua transição para a autonomia.
- Incluir as pessoas egressas no desenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas de proteção infantil, juvenil e de saída.
- Fortalecer e financiar redes nacionais, regionais e globais de pessoas egressas, com mecanismos de escuta e participação e espaços formais de incidência política e apoio mútuo.
- Promover a liderança juvenil e o ativismo dentro das comunidades de pessoas egressas, oferecendo espaços de formação e fortalecimento de habilidades de porta-voz e incidência política.



Chamado à Ação por Políticas Públicas

Instamos os Estados, organismos multilaterais, o setor privado e a sociedade civil a se comprometerem com a transformação do sistema de saída, garantindo que os jovens egressos contem com oportunidades reais para sua autonomia e desenvolvimento.

Propomos

- 1** A adoção de uma estrutura normativa sobre a saída do sistema de proteção que estabeleça padrões adequados de apoio integral e promova sua integração social e econômica.
- 2** A alocação de orçamento público suficiente e sustentado para programas de preparação, acompanhamento e seguimento posterior à saída, incluindo apoio econômico, acompanhamento psicossocial e acesso à formação e educação, emprego e empreendedorismo, moradia e serviços de saúde física e mental.
- 3** A criação de mecanismos de monitoramento e prestação de contas, com a participação ativa dos jovens egressos em sua supervisão, garantindo transparência e efetividade nas políticas implementadas.
- 4** O fortalecimento de alianças multissetoriais com empresas, instituições educativas, organizações da sociedade civil e comunidades para ampliar oportunidades laborais, educativas e de desenvolvimento pessoal.

Esta declaração é um chamado urgente à ação. Não podemos continuar ignorando a realidade de milhares de jovens que saem do sistema sem apoio. Pedimos que nossa voz seja ouvida e que nossas propostas se tornem políticas públicas concretas e sustentáveis.

A SAÍDA NÃO DEVE SER UM SALTO NO VAZIO, MAS UMA PONTE PARA A AUTONOMIA E INCLUSÃO

Com o compromisso e a ação dos Estados, como garantidores de direitos, e o apoio da sociedade, podemos transformar a vulnerabilidade em oportunidades reais.